

ARQUITETURA (É) ÉTICA? II

Fernando Fuão¹
Dirce Eleonora Nigro Solis²

A “PIXO 6 – revista de arquitetura, cidade e contemporaneidade” traz como objetivo mostrar a desconstrução como ética, um gesto de lidar com textos, conceitos e tradições que não se baliza pelo horizonte da verdade, mas pelo esforço em trazer a justiça à cena do mundo. Novamente devemos insistir que a ética associada à desconstrução não é o que tradicionalmente sempre se pensou. Longe da tradição que consolidou durante tantos séculos a arquitetura como *mimesis*, para a desconstrução a presença de uma edificação, de um constructo urbano, não é referida somente a eles mesmos. Não é um “em si”. Toda obra arquitetônica, como diria Derrida, apesar das aparências, “repete, significa, evoca, convoca, reproduz e cita.” (Aforismo 13)³. Assim, a obra arquitetônica traz um primado ético a partir dessas características apontadas, ou seja, leva em direção ao *outro*, à alteridade, à preocupação não apenas com o habitar, mas com o que, pelo fato de abrigar, pode proporcionar proteção de algum modo. A arquitetura refere-se ao ethos humano. Deste modo, a experiência discutida pelos artigos deste volume de Pixo nos leva a referenciar e problematizar suas hipóteses e seus resultados nesse contexto ético.

Trazemos, então, como convidado especial o prof. Wilton Medeiros, professor da Universidade de Goiânia que nos apresenta o artigo *Arquitetura e ética “outra” como sentido da obra de Edgar Graeff*.

A importância do arquiteto e educador Edgar Graeff é fundamental para a ética profissional do arquiteto. Em 1962, foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e professor associado da Universidade de Brasília (UnB). Expurgado em 1964. Na UFRGS, foi investigado pela Comissão Especial de Investigação Sumária, sendo aposentado por esta instituição. Em Brasília, foi um dos professores procurados na primeira invasão à Universidade, na manhã do dia 9 de abril de 1964, por tropas do exército e policiais. Graeff, mais 12 professores e 131 e alguns dirigentes dos Diretórios Estudantis foram embarcados num ônibus e conduzidos ao Teatro Nacional, onde ficaram presos por 14 dias. Edgar Graeff retornou a esta instituição em 1980, após a anistia política, permanecendo até 1982. Entre 1969 e 1970, com a promulgação do AI-5, em 1968, período mais duro do Regime Militar, exilou-se em Argel, Capital da Argélia, contribuindo para a construção do curso de Arquitetura local. Ao retornar ao Brasil, ministrou aulas, entre 1973 a 1986, na FAU-PUC Goiânia, vindo a colaborar com a construção do curso. Wilton Medeiros nos traz nesse artigo a abordagem sob a ótica da ética da alteridade, como diz o autor “o sentido do “outro” perpassa por toda a sua obra. Essa espécie de substrato dialógico ressoou não somente nas obras teóricas

que produzira nos anos de 1950 – que foram todas elas respostas a interpelações feitas pelos estudantes. Tudo o que produziu até a sua morte em 1990 foi muito menos marcado pela transmissão do que ele chamou acima de “ideologia” formalista, e muito mais permeado pela interpelação de uma “ideologia” do conteúdo. Toda a obra de Graeff é permeada por esta crítica social. Mostrando que o formalismo é destituído de conteúdo por excluir o “conteúdo humano”, reafirmando que o sentido da arquitetura é a “morada humana”. Em outro desdobramento, em sua última obra – publicada postumamente – Graeff associa este formalismo ao esvaziamento da arquitetura como valor de mercadoria.

Outro artigo emblemático, que nos descortina uma visão inédita, sutil e extremamente desconstrutora é *Por uma ética crianciera das cidades* da Carolina Clasen e do professor arquiteto Eduardo Rocha, onde nos propõe que o corpo da criança é o que a cidade mais precisa e, ao mesmo tempo, o que o urbano não pode suportar. Já que, uma rua que é preparada para receber crianças é projetada em sua multiplicidade de acontecimentos. Mas essa criança pensada por eles não é só uma criança etária mas um estado de espírito, uma potência de rebeldia e liberdade do próprio corpo que lentamente é aniquilada pelo processo de domesticação que a Escola principalmente vai aplicar. Os autores nos fazem ver que essa multiplicidade contida instaurada na infância dá suporte para a desestabilidade. A criança questiona, interpela, faz lembrar do que ela pretende ter deixado atrás e não quer recordar. Então, a criança que se faz aqui é a pergunta, que eles fazem nesse artigo, como linha primeira de construção discursiva, onde e quando a constituição *civitas* não é perguntadora e tampouco faz novas perguntas.

O corpo criança em devir é o próprio corpo em processo de doma, domesticação, tanto pelo domus, a casa, a escola, como pelo traçado da cidade e suas normas de conduta, condução e coerção das calçadas, cruzamentos. O artigo é propositivo: chama a atenção às diferenças a configuração dos espaços se faz na busca do devir como estudo do gesto crianciero, porém não se trata de interpretá-lo. Trata-se antes de detectar sua trajetória para ver se pode servir de indicador de novos universos de referência suscetível de adquirir uma consistência suficiente para revirar uma situação concretada.

Ainda dentro do pensamento da desconstrução e a questão ética que ela suscita como primazia, o filósofo Carlos Mario Fisgativa e o arquiteto Guilherme Zamboni Ferreira nos apresentam a instigante reflexão *Derrida y la pregunta por la ciudad*, que indiretamente dá continuidade ao questionamento da domesticação humana trazido pelo artigo anterior, e mostra a implicação não só dos potenciais corporais docilizados, mas do forte comprometimento dos ‘estabelecidos’ urbanos da modernidade, traçados, fluxos, zoneamentos. Como eles mesmo afirmam “A preocupação de Le Corbusier por regular as rotinas e usos do espaço nos permite ver a relação entre tempos e espaços.” E nos interrogam: “se os percursos, os horários, as atividades estão reguladas, então, como obter o tempo necessário para habitar ou usar esses espaços”, se até o lazer está regulado segundo essa domesticação do tempo, assim como os fluxos de férias e feriados, nada parece escapar à domesticação do tempo e do espaço.

Celma Paese nos traz, o descortinar da questão levantada por Jacques Derrida do *Novo cosmopolitismo, comunidades e ocupações: propostas para viver uma arquitetura do por vir (à venir)*. O novo cosmopolitismo proposto por Derrida anuncia-se como uma promessa de uma hospitalidade mais justa, aquela que tenta fazer o impossível: se expor sem limites ao que chega começando por acolher sem cálculo e sem reservas o outro singular e não só o cidadão. Neste brevíssimo ensaio reflete sobre a cidade e seus processos sociais que desafiam os limites e paradigmas espaciais existentes, promovendo a desestabilização da ‘zona de conforto espacial’ ao trazer

1 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1980), Doutor em Projetos de Arquitetura Texto e Contexto pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona-UPC (1987- 92) com a tese ‘Arquitectura como Collage’, Pós Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia-UERJ sob a supervisão da Filósofa Dra. Dirce Solis (2011-12). Professor Titular da Faculdade de Arquitetura. (UFRGS). E-mail: fuaofernando@yahoo.com.br

2 Possui graduação em Filosofia pela Universidade Santa Úrsula (1971), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981) e doutorado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dssolis@gmail.com

3 Fifty-Two Aphorisms for a Foreword” in Deconstruction Omnibus Volume. New York, Rizzoli International Publications, 1989, p-67-9).

à luz as populações ignoradas – embora circunscritas nos processos urbanos – e suas potências econômicas, culturais e sociais. Como propõe Paese aos arquitetos, uma possibilidade para enxergar além das convencionais fronteiras de percepção das relações entre o Humano e a Arquitetura das Cidades impostas pelo capital. Será que o resgate da proposta das cidades refúgio abriria hoje um novo espaço de direito ao acolhimento de milhares de refugiados que erram pelo mundo em busca de asilo? Certamente, a fim de haver uma real mudança na situação que hoje perdura, seria preciso reavaliar os respectivos papéis das nações e das cidades reinventando suas normas a cada passo.

A ideia da exclusividade arquitetônica na TV ou como distanciar arquitetos dos problemas sociais, de Lanna Larissa Rodrigues Rêgo de Oliveira, faz uma crítica à arquitetura concebida na TV para o cotidiano. Apoiado na metodologia e considerações acerca da cultura de massas abordada pelo filósofo alemão Theodor W. Adorno na obra *As estrelas descem à Terra* e na pesquisa de Nascimento (2010) acerca da estetização do espaço privado na tv brasileira, o trabalho parte de uma análise de conteúdo do quadro *Lar Doce Lar*, a fim de identificar os recursos midiáticos dos quais a atração se utiliza para imprimir uma certa imposição ideológica generalizada em seu público relacionada ao símbolo do projeto de arquitetura e, mais especificamente, à casa. Para tal, Lanna identifica as possíveis consequências desse processo “editado” da TV ao qual a arquitetura está submetida, de forma a suavizar e por conseguinte, camuflar as relações não-horizontais que se dão na realidade entre arquiteto, famílias (clientes), e espaço construído e que aqui, são mediadas pela TV.

Tiago Amaral da Silva e André Luiz Prado discutem a crítica da produção do desenho e de espacialidades arquitetônicas e urbanas à luz dos movimentos utópicos e progressistas iniciados nos anos 1960 no artigo *Arquiteturas apropriáveis: um panorama de alternativas metodológicas contra a soberania do arquiteto na produção do espaço*. A discussão está centrada na produção habitacional, analisando em que medida o arquiteto deve interferir e determinar a experiência do futuro morador por meio do desenho. Partindo do conceito de arquitetura como fruto do trabalho humano e da apropriação do usuário, eles buscam referenciais, e prospecções teóricas e experiências práticas que almejam uma democratização da produção do espaço, enquanto resultado da coletividade, antes de 1960, em 1960 e hoje - e evidenciam como os arquitetos refletem ou ignoram a função social inerente ao seu ofício. Nos explicam que “com a crise do movimento moderno no fim dos anos 1950, criaram-se dois campos arquitetônicos: de um lado, uma abordagem historicista e nostálgica para com as correntes do passado; de outro, uma prospecção sobre uma sociedade tecnológica e imagética em explosão, confabulando utopias com consistentes críticas socioespaciais. No caso brasileiro, a esta segunda corrente somou-se uma abordagem progressista, que questionava criticamente a arquitetura e sua relação entre o trabalho, o materialismo histórico e sua função social.”

Dentro da linha temática evocada pelo nome da Revista Píxo, se apresentam dois artigos sobre grafite, que de algum modo buscam eticizar o discurso para além do discurso esteticista. O primeiro deles: *Patrimônio, informação e identidade: o discurso do grafite no espaço urbano*, de Everton Tolves Almeida, coloca em questão e afirmação que hoje o grafite é uma prática protagonista na cidade contemporânea que dá conta da variedade de formas de apropriação dos espaços públicos e que revela, ao mesmo tempo, a multiplicidade de dinâmicas sociais que subjazem ao espaço urbano. Almeida questiona a interface entre a dita prática e o patrimônio. Este último é assumido como categoria privilegiada na construção de sentidos e significados sobre a história de um lugar e como referencial da cultura e a identidade de um grupo social, na qual, cidade e patrimônio poderiam ser concebidos como materialização da memória popular que simboliza o elo entre o homem e seu meio social construído através dos anos. O

segundo artigo *O grafite como atrativo aos olhos na produção arquitetônica: ensaios na cidade de Santo Ângelo, RS* - de Alessandro Kessler e Maira Oliveira Pires - é um breve relato de suas pesquisas e ao final nos traz uma proposta de intervenção *collage* na cidade de Santo Ângelo através de uma série de manipulações em fotografias para fins de comparação de edificações com empenas cegas e fechadas com o emprego de grafites.

O artigo *A segregação socioespacial em Ipatinga*, de Paola Reis Almeida, analisa se o próprio motivo de criação da cidade Ipatinga induziu e se seu quadro atual continua induzindo ao processo de segregação da cidade. E conclui que é possível talvez afirmar a existência da segregação socioespacial de Ipatinga desde sua concepção e sua atual reprodução, principalmente através da atuação do poder público. Por isso, se verifica a necessidade da atuação mais crítica do arquiteto e urbanista na cidade além da conscientização da população para reivindicação de um plano e de ações que reconfigurem o espaço de forma a permitir uma mistura necessária para a concretização de um espaço mais justo e equilibrado socialmente.

Para finalizar a seção Artigos e ensaios, temos o texto de Ariadne Moraes Silva intitulado: *Criação, cultura e dispositivos: a arte como ato de resistência*, que trata da arquitetura como um campo ampliado de saber; conectando a ações, políticas, arte, cultura, etc. Sendo capaz de eticamente criar resistência aos dispositivos de controle hegemônico.

Na seção Resenhas, Karine Perius Chartanovicz nos apresenta *Áreas de preservação permanente ocupadas irregularmente no perímetro urbano* onde demonstra a questão das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no perímetro urbano e as ocupações que são realizadas nestas. A realidade apresentada nas cidades brasileiras é a ocupação irregular de várias APPs, estando em desacordo com a legislação existente. Isso ocorre principalmente devido a falta de consciência da população acerca da importância ambiental da área, ou por políticas públicas inadequadas ou inexistentes, e isso acaba gerando vários problemas socioambientais.

Na seção Parede Branca: dois ensaios fotográficos, um de Leandro Selister e outro de Paola Brum. *Tristividade*, cartografias do abandono e da (in) visibilidade é o título que Selister dá ao seu trabalho, mas também poderia levar o nome de Triste País ou Tristes trópicos. Selister fotógrafo, poeta, artista e pensador nos mostra em breves imagens, uma longa tradição da miséria, da complexidade brasileira, alinhavada com a questão da arquitetura, levando aos arquitetos e urbanistas a questionarem a dimensão ética na mais profunda interioridade da arquitetura, ou seja lá onde estiver essa interioridade, e chamando diretamente ao arquiteto a se posicionar defronte do espelho da justiça, sobre as injustiças nas nossas cidades. O ensaio de Paola Brum *Ocupação* nos traz dentro da mesma linha de uma ética como justiça uma série de imagens denúncias, fragmentos, pixos, abandonos, ruínas características dos espaços das ocupações que tomam uma nova ressignificação humana. Dois belos exemplos, através de imagens fotográficas, da questão proposta lançada ARQUITETURA (É) ÉTICA?.